

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 547.900 - RJ (2019/0353491-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
LAURA JULIA ANDRADE FONTENELLE - RJ078959  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : JACKSON RODRIGUES DA SILVA (PRESO)  
**OUTRO NOME** : JACKSON RODRIGUES DA SILVA NUNES  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JACKSON RODRIGUES DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Apelação n. 0014032-36.20181.8.19.0014).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal (e-STJ fls. 36/45).

Irresignada, a defesa do paciente interpôs recurso de apelação, o qual foi improvido (e-STJ fls. 10/21), em acórdão assim ementado:

*APELAÇÃO CRIMINAL. ART.157, §2º, II CP. CONCURSO DE AGENTES. SENTENÇA CONDENATÓRIA. APELO DEFENSIVO. NULIDADE. AFRONTA AO ART. 226 DO CPP. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DOSIMETRIA DA PENA CORRETA. DESPROVIMENTO DOS RECURSOS.*

*As formalidades preconizadas pelo art. 226 do CPP, até mesmo no que diz respeito à ausência de outras pessoas com características semelhantes ao réu durante o procedimento - não se revelam essenciais -, mas encerram mera recomendação. Daí porque, rejeita-se a preliminar de nulidade do processo por afronta ao artigo 226 do Código de Processo Penal.*

*Diante de todo o quadro probatório produzido, restou comprovada a tipicidade da conduta dos apelantes, que, atuando em comunhão de ações e desígnios, subtraíram o*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*celular da vítima, mediante violência, não havendo que se falar em absolvição ao argumento de fragilidade do conjunto probatório.*

*Quanto à dosimetria, foi a mesma corretamente aplicada, não havendo reparo a ser feito.*

*Em se tratando de roubo, normalmente o regime inicialmente fechado se afigura o mais indicado, o que é a hipótese dos autos, sendo que o quantum de pena, por si só, não impede que o juiz fixe regime mais gravoso.*

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/9), a impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois manteve o regime inicial fechado, mais gravoso que a pena aplicada comporta, com base na gravidade abstrata do delito. Afirma que o paciente é primário, as circunstâncias judiciais foram consideradas favoráveis e a condenação não excede 8 anos de reclusão, razão pela qual faz jus ao regime semiaberto.

Ao final, liminarmente e no mérito, pede a concessão da ordem para que o regime prisional seja alterado para inicial semiaberto.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Suficientemente instruída a impetração, dispensei informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

Relator

